

UNIVERSIDADE ABERTA DA TERCEIRA IDADE: EDUCAÇÃO COM INCLUSÃO NO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

Data de submissão: 05/05/2023

Data de aceite: 02/06/2023

Deise Quintiliano Pereira

UERJ, Instituto de Letras, Departamento
de Neolatinas
Rio de Janeiro – RJ
<https://lattes.cnpq.br/0036099989448465>
<https://orcid.org/0000-0002-8018-1846>

RESUMO: O presente estudo traz à cena elementos que colaboram na organização das oficinas de Línguas Estrangeiras para a Terceira Idade, ministradas na Universidade Aberta da Terceira Idade da UERJ. Nesse sentido, optamos pelo método qualitativo-quantitativo que nos permitirá descrever o histórico de institucionalização desse projeto, assim como as práticas pedagógicas, a metodologia, os atores, a produção de materiais acadêmicos, o processo seletivo, o modo de avaliação e as atividades que prestam conta de sua existência. Nosso objetivo é demonstrar de que modo nossas práticas de ensino das Línguas Estrangeiras coadunam-se com legislações que protegem o idoso, propiciando políticas públicas de inclusão social e cultural, garantidas na Carta Constitucional e no Estatuto do Idoso. Tais garantias reforçam a autoestima, a

autoconfiança, estimulando a capacidade mnemônica e permitindo, sobretudo, a interação interpessoal na aquisição de novas aprendizagens, devendo, por isso, ser afirmadas.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Terceira Idade. Universidade Aberta. Língua Estrangeira. UERJ

OPEN UNIVERSITY FOR ELDERLY PEOPLE: EDUCATION WITH INCLUSION IN FOREIGN LANGUAGE TEACHING

ABSTRACT: This study brings into light the elements that play a role in the elaboration of Foreign Language workshops for senior citizens held at UERJ's Open University for Elderly People. In this vein, we opted for a qualitative-quantitative method, which allows us to describe the history of this project's institutionalization, as well as its pedagogical practices, methodology, actors, production of academic papers, selection process, method of evaluation and the activities that account for its existence. Our goal is to demonstrate how our foreign language teaching practices are in line with laws that protect the elderly by promoting public policies aiming for social and cultural

inclusion – civil rights that are guaranteed in both the Brazilian Constitution and the Statute of the Elderly. By boosting mnemonic capabilities and, most importantly, allowing for interpersonal interaction to take place in the acquisition of new skills, those guarantees reinforce confidence and self-esteem, and should thus be advocated.

KEYWORDS: Inclusion. Open University. Seniors. Foreign Language. UERJ.

1 | INTRODUÇÃO

Refletir sobre a inclusão de nossa população sexagenária em espaços em que se desenvolvem propostas culturais, educacionais, motivacionais e cognitivas inscreve-se no rol de preocupações contemporâneas. Com efeito, o fortalecimento de mecanismos que visam à promoção da diversidade e da justiça social ocupa uma agenda relativamente recente na história da humanidade, fato muito possivelmente associado à dinâmica de desenvolvimento socioeconômico mundial, atrelada a estatísticas que sinalizam um significativo avanço da expectativa de vida de grande parte dos povos.

No artigo “A educação para e na terceira idade construindo na diversidade: uma inclusão necessária”, como muito bem observam as professoras Simone Almeida e Rita de Cássia Oliveira (2013, p. 18587-18600) foi a “Declaração de Hamburgo”, assinada em 1997, que enfatizou a responsabilidade pública da provisão, financiamento e qualidade da educação de adultos, remetendo a um ideário humanista de igualdade social e de defesa da cidadania.

A declaração registra ainda a necessidade de se firmarem parcerias entre o Estado, a sociedade civil e o setor privado com vistas ao desenvolvimento e à manutenção da aprendizagem e educação de adultos, promovendo a igualdade de gênero, a integridade da diversidade cultural e do conhecimento indígena. O artigo chama a atenção para uma lacuna: o fato de a declaração tratar da educação de adultos sem fazer menção à terceira idade, destacando que:

Os programas criados nas universidades com ações voltadas para a terceira idade são resultado de propostas realizadas pela ONU e UNESCO. No Brasil, os programas visando integrar os idosos na sociedade através de diversas atividades remetem ao SESC-SP que, em 1977, sintonizado com os movimentos educacionais da Europa, sobretudo da França, inaugurou no Brasil um novo modelo de atendimento ao idoso: as Escolas Abertas para a Terceira Idade (ALMEIDA; OLIVEIRA, 2013, p. 18590).

Objeto de investigação de ambas as pesquisadoras, e também foco central de nossa perquirição, as Universidades Abertas da Terceira Idade, no Brasil, reunidas sob as nomenclaturas UNATIs, UATIs, UNTIs, entre outros acrônimos, têm seus objetivos de existência elaborados em consonância com os fóruns mundiais organizados pela UNESCO e pela ONU, preocupadas com a valorização dos direitos humanos e com a promoção de políticas públicas de desenvolvimento intelectual.

Por outro lado, a legislação brasileira, em igual modo, adota diretrizes voltadas para

a necessidade de se investir na educação dirigida a esse público-alvo específico. O escopo primordial é estimular o conhecimento e a inserção dos idosos em espaços de construção coletiva de novos saberes onde vigem trocas culturais e interpessoais associadas a uma política que privilegia a diversidade e a inclusão:

No âmbito da convivência, as relações sociais familiares e não familiares são fundamentais para o processo de integração das pessoas mais velhas, pois é através dessas relações que estas vivenciam sentimentos de pertencimento, de significado e de status social [...]. Como corrobora Erikson [...], para o bem estar do idoso seria adequado mantê-lo em seu convívio com pessoas conhecidas e no ambiente de costume, ainda que paulatinamente adaptado, a fim de promover a socialização e preservar sua própria história através de práticas da intergeracionalidade. (SOUZA; SOUZA, 2019, p.5)

É nesse contexto que situamos as oficinas de Línguas Estrangeiras para a Terceira Idade (doravante, LEs) UnATI-Uerj. É também nesse sentido que, apoiado no método qualitativo-quantitativo, o presente estudo buscará descrever o histórico de institucionalização do projeto de LEs UnATI-Uerj, assim como as práticas pedagógicas, a metodologia, os atores, a produção de materiais acadêmicos, o processo seletivo, o modo de avaliação e as atividades que prestam conta de sua existência, com o objetivo de demonstrar de que modo nossas práticas de ensino se harmonizam com legislações que protegem o idoso.

2 | HISTÓRICO

Os cursos de LEs iniciam suas atividades na Universidade Aberta da Terceira Idade (UnATI/Uerj), em 08 de agosto de 1994, com a oficina de “Língua Italiana para a Terceira Idade através da música”, proposto pela professora Dra. Maria Franca Zucarello. Outras oficinas ligadas às mais distintas epistemes já eram ofertadas paralelamente, mas a adesão dos alunos à iniciativa da saudosa professora do setor de italiano é a pedra angular de uma trajetória extremamente exitosa, que viria a se consolidar mediante o processo paulatino de implantação de outras quatro LEs.

Passando a integrar o núcleo da Sub-Reitoria de Assuntos Comunitários da Uerj, o objetivo essencial do projeto visava à melhoria dos níveis de saúde físico-mental e social das pessoas idosas, utilizando as amplas possibilidades existentes numa instituição universitária e pública, mediante a colocação em prática de um programa destinado à população com idade mínima de 60 anos, que passaria a desenvolver atividades inteiramente gratuitas.

Nesse sentido, a abordagem teórico-prática de programas multidisciplinares e multiprofissionais adotada por sua equipe volta-se para a formação de recursos humanos especializados, sobretudo nas áreas de gerontologia e geriatria. Ao fazê-lo, promove uma visão completa do idoso como ser humano integral, em consonância com o dispositivo da Constituição Cidadã, de 1988, que assegurara, no texto constitucional, direitos e garantias

fundamentais para uma proteção até então olvidada.

A estruturação de uma microuniversidade temática promotora de ações diretas de impacto no modo de pensar dos brasileiros sobre os seus idosos, todavia, anteciparia em uma década o advento do grande marco legal que revolucionaria costumes e lançaria luz sobre um segmento cada vez mais representativo de nosso povo: a Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003, também conhecida como “Estatuto do Idoso”. Especificamente no seu capítulo 5º, dedicado à Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a lei estabelece que:

Art. 20. O idoso tem direito à educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

[...]

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

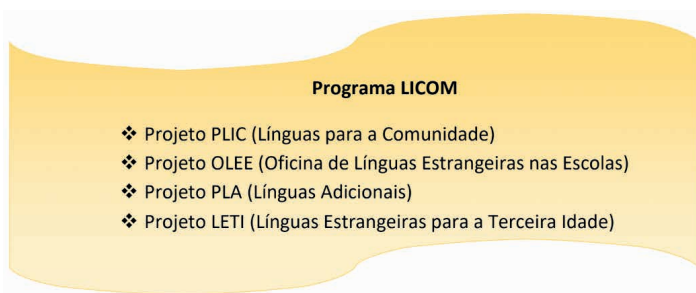
Dito de outro modo, se de acordo com Martinez (1997, p. 18), “na Constituição Federal de 1988, enorme passo programático foi dado, enfatizando a cidadania da pessoa de idade avançada, formatando-se alguns princípios fundamentais para uso dos juristas”, o Estatuto do Idoso, por seu turno, criou dispositivos que ratificaram preceitos constitucionais e especificaram direitos a contrapelo do acachapante processo de globalização total, mercantilização cultural e financiamento neoliberal.

Porquanto referenda a criação de “Universidade Aberta”, o Estatuto do Idoso, em seu art. 25, legitima uma política que já se encontrava em pleno processo de desenvolvimento na Uerj. Por essa razão, o vanguardismo e a excelência da instituição na inserção de novos programas são reconhecidos nacional e internacionalmente, conforme atestam congressos, publicações e o crescente interesse acadêmico em torno de suas atividades, comprovando que, de fato, em circunstâncias normais, não pandêmicas:

Vivemos um momento caracterizado pela transição demográfica e pelo rápido envelhecimento populacional. A redução da mortalidade, sobretudo infantil, a melhora das condições de vida marcadas pela heterogeneidade, o controle parcial das doenças evitáveis (por exemplo, pela imunização, vacinas) e a diminuição da natalidade (famílias com menor número de filhos) justificam o incremento da expectativa de vida ao nascer e o aumento do número de idosos – um fenômeno mundial que atinge também o nosso país. (RODRIGUES, 2004, p. 7).

Objetivando se constituir num centro de ensino, pesquisa, extensão e assistência voltados para temas atinentes ao envelhecimento da nossa população, nos anos 1990, é introduzido um dos mais exitosos projetos, mediante um sistema de parceria firmado

entre a UnATI e o Instituto de Letras da Uerj: o curso de LEs para a Terceira Idade. Após sucessivas mutações e com o escopo de ampliar e diversificar a panóplia de ofertas linguísticas a públicos distintos pelo Instituto de Letras, cabe discriminar, com propósito didático, a posição ocupada por nosso curso – voltado especificamente para o público-alvo da terceira idade – no âmbito mais amplo de ações acadêmico-culturais à disposição da sociedade carioca e fluminense:



Uma das vertentes do Programa LICOM (Programa de Ensino de Línguas Estrangeiras e de Língua Materna para a Comunidade), ponto de partida de uma reflexão pedagógica do Projeto LETI (Línguas Estrangeiras para a Terceira Idade), baseia-se numa necessidade real: a existência de significativa demanda, derivada do aumento da expectativa de vida da população brasileira, ressaltando a importância da aprendizagem de uma língua estrangeira como atividade terapêutica e como constituição de um nicho de trocas culturais inter-relacionais.

A atividade extensionista é ministrada sob a forma de oficinas, apoiadas em dois pilares centrais: além de representar um excepcional espaço para a realização de estágios de bolsistas de Iniciação à Docência (ID), promovendo a consequente melhoria da qualidade de vida do idoso e reafirmando a função social da Universidade Pública, insta os estagiários a produzirem criativos e lúdicos materiais didáticos – praticamente inexistentes no mercado editorial para o público da Terceira Idade.

Verifica-se, por conseguinte, mais uma convergência com as diretrizes contidas no *caput* do art. 21, do Estatuto do Idoso, as quais determinam a adequação de “currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele [idoso] destinados” (MARTINEZ, 1997, p.18). Todas essas considerações encontram novamente eco no pertinente estudo de Wladimir Martinez, que segue atual por sua percepção de que a promulgação de políticas afirmativas e inclusivas de assistência ao idoso, em resposta a processos de mobilização da sociedade, tem por finalidade a propositura de:

Lei [que] tenta reequilibrar as ações, até a sociedade acostumar-se, outra vez, a reconhecer, admitir, senão a experiência vivida pelo mais velho (eventualmente superada pela tecnologia), pelo menos o fato inegável de todo

o progresso ter sido atingido graças aos seus esforços e ser este o destino de todo *homo sapiens* (MARTINEZ, 1997, p. 18-19) (Grifo nosso).

O aumento da expectativa de vida é um fenômeno mundial. Dados de um relatório de 2015, da Organização Mundial de Saúde (World Health Statistics 2015, coletados em 2013) revelam que a população idosa no Brasil integrava 11% do efetivo, totalizando cerca de 22 milhões de pessoas acima de 60 anos, a maioria vivendo em áreas urbanas, disputando seu espaço com pessoas mais jovens, no tumulto das grandes cidades. Isso implica dizer que não apenas há demanda no que tange à necessidade de oferta de produtos e serviços específicos voltados para esse público, mas que essa demanda sinaliza um viés de crescimento:

Sob essa perspectiva, o constituinte colocou o Brasil em sintonia com os países mais avançados, onde o cuidado com os idosos é uma *questão social* da maior importância, até porque em decorrência do aumento da sua expectativa de vida e da redução das taxas de natalidade, os componentes da chamada *terceira idade* passaram a constituir expressiva parcela da população, demandando prestações que se refletem diretamente na relação receita/despesa da seguridade social, para cujo custeio, na condição de inativos, eles pouco ou nada contribuem (MENDES; COELHO; BRANCO, 2009, p. 1427) (Grifo nosso).

É nesse contexto que se torna imperativo vislumbrar a importância do processo de ensino/aprendizagem como atividade terapêutica capaz de reavivar emoções e motivações, resgatando a autoestima, autoimagem e autoconceito de cada um. Polo de capacitação de ensino, pesquisa e extensão, o Instituto de Letras é reconhecido por sua *expertise* no ensino de línguas estrangeiras.

Sabe-se que a inatividade é o elemento que mais compromete a qualidade de vida na terceira idade. A propositura de oficinas de LEs erige-se, assim, como um esforço que coloca em prática o *know-how* de coordenadores e membros participantes do projeto, priorizando a manutenção da independência e autonomia do indivíduo, no aspecto cultural, social, educacional e comunicacional, tão exigidas no mundo atual.

Por outro lado, os excessos também são extremamente prejudiciais a esse público, o que nos levou a rever o *modus operandi* de nosso processo seletivo. Após um histórico de longas filas que já se estendiam, desde a noite da véspera das inscrições na LE de preferência do candidato, sendo-lhe facultado cursar apenas uma, optou-se pelo sistema de sorteio, com vistas a evitar sacrifícios físicos por parte de nosso público-alvo, mercedor de muita atenção, cuidado e respeito.

3 | O PROJETO LETI-UNATI

Destinada ao público externo, alfabetizado em Língua Materna, tendo superado a faixa dos 60 anos, a UnATI/Unaj desenvolve ações de extensão, ensino e pesquisa. Tais ações são voltadas para o idoso, que, não raro, expressa seu interesse pelo projeto em

razão de necessidades individuais de ampliação do conhecimento, de trocas interpessoais num mundo sabidamente digital e do regate de memórias idiossincráticas adquiridas em outro momento histórico: “Aos poucos, ainda timidamente, percebem-se alterações na sociedade: multiplicam-se os grupos de terceira idade e solidificam-se os movimentos dos aposentados. Os movimentos de terceira idade oferecem e incentivam os idosos a participarem de universidades abertas, de grupos de encontro, de lazer, de atividades físicas, entre outros”¹.

Além da configuração em oficinas de 5 (cinco) Línguas Estrangeiras (LEs) – Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano, o *locus* de atuação erige-se como espaço de convivência, onde se realizam práticas pedagógicas ministradas por estagiários de iniciação à docência, bem como se delinea um profícuo campo de experimentação e observação para alunos de Letras, de Psicologia, de Pedagogia e de observação de pesquisadores de outras IES, que se dedicam ao desenvolvimento de investigações sobre a terceira idade, num reconhecimento do pioneirismo da UERJ, nessa matéria.

É assim definida a espinha dorsal que traça contornos e pavimenta os novos caminhos para o avanço programático do projeto em nossa instituição, caracterizada por qualidade intelectual, inclusão social, ousadia cultural e consolidação de espaços educacionais, marca exógena de uma atuação que transcende à clausura dos tapumes acadêmicos, em consonância com os princípios definidos nas ações da USM².

4 | DESAFIOS METODOLÓGICOS E AVALIATIVOS

Mediante o oferecimento das oficinas de LEs e apoiado na abordagem comunicativa e acional de Ensino de LEs³ para a Terceira Idade, o projeto ancora-se na integração continuada de ambas as metodologias. Tal escolha enseja os estagiários, auxiliados por seus orientadores, a produzirem materiais didáticos, dando ênfase aos componentes lúdicos⁴ de sensibilização cultural (bingos – que permitem trabalhar os números nas 5 (cinco) LEs, jogos, músicas, práticas teatrais, dinâmicas de grupo), com o fito de cuidar da saúde mental do idoso, convidando-o a novamente participar do processo de ensino-aprendizagem de maneira prazerosa, atendendo à sua busca de atualização intelectual, ampliação nas trocas interpessoais e inserção num novo mundo real ou digital.

É importante ressaltar que a abordagem comunicativa discriminou pedagogicamente a categorização das habilidades comunicativas em ler, escrever, ouvir e falar para a determinação das competências constantes nos manuais de ensino. Outro atributo *sui*

1 Cf. PEREIRA, Maria Dusolina Rovina Castro. “Breve reflexão sobre a educação como pressuposto para a cidadania do idoso”. Disponível em: <http://www.portaldoenvelhecimento.com/acervo/opiniao/opiniao8.htm>. Acesso em 20/07/2020.

2 Proximamente, esclareceremos o papel da UERJ SEM MUROS (USM) no processo de avaliação e de publicização das ações implementadas nos cursos de LEs, da UnATI-Uerj.

3 Notadamente, o ensino de Língua Francesa, de cuja coordenação nos ocupamos.

4 Com essa finalidade, acompanhamos os trabalhos desenvolvidos no grupo de pesquisa “Lupea – o Lúdico no Processo de Ensino e Aprendizagem”, fundado por sua coordenadora, Profa. Dra. Maria Vitoria Campos Mamede Maia e em atividade desde 2009, na UFRJ.

generis da abordagem comunicativa é o tratamento dos erros. Eles são toleráveis e vistos como integrantes do processo de aprendizagem, servindo como indicativos de tópicos que carecem ser resgatados por meio de atividades interativas nas quais os alunos possam superá-los e, ao mesmo tempo, empregar as formas adequadas para alcançar a efetiva comunicação.

A abordagem “acional” tem o mérito de cravar a “ação” no coração da aprendizagem, nos ambientes escolares, profissionais ou até mesmo privados. Sua proposta baseia-se na realização de tarefas utilizando as capacidades linguísticas, sociais, culturais e o “savoir-faire” que cada indivíduo, como singularidade, como sujeito do conhecimento traz armazenado dentro de si. Diretamente conectada à abordagem comunicativa, da qual se torna complementar, a “abordagem acional” permite que o professor proponha aos alunos a realização de tarefas concretas ou a solução de problemas pontuais como: organizar uma festa de aniversário, preparar o lanche de fim de ano, promover uma exposição de fotografias etc.

Se, por exemplo, a tarefa selecionada for organizar uma festa de aniversário, os alunos deverão:

- Escolher a data que seja possível/conveniente a todos;
- Decidir o local (restaurante, casa de alguém, a própria instituição de ensino...);
- Definir o número de convidados;
- Estabelecer o meio de informar os convidados (e-mail, telefone, Facebook, SMS, whatsapp etc.);
- Escolher o presente a comprar: se será apenas um; se haverá rateio;
- Decidir sobre música (estilo preferido pela maioria, coleta de dvds no grupo, se alguém pode eventualmente se encarregar dessa tarefa no apoio);
- Decidir sobre alimentos (que pratos devem ser levados, por quem, qual o estilo de cozinha do evento);
- Decidir sobre bebidas (se alguém pode auxiliar; não alcoólicas, sondagem de preferências etc.).

No processo de realização de tarefas, as situações propostas permitirão que os alunos mobilizem o máximo de competências linguísticas num contexto que favorece amplamente as trocas, salvaguardando a motivação da aprendizagem de línguas estrangeiras, pois como bem observa a professora Ana Paula Guedes (2018, p. 29):

Uma abordagem intercultural, como a acional, objetiva favorecer o desenvolvimento harmônico da personalidade do aprendiz e de sua identidade na relação de reposta à experiência de trocas em matéria de língua e cultura. Assim, o processo de aprendizagem está envolto por essa característica dinâmica que considera o aprendiz como sujeito ativo no sentido de que seus conhecimentos, seus saberes interferem no desenvolvimento e no contato com os novos conhecimentos. O que os professores e aprendizes precisam

descobrir é como essa alteridade pode se conduzir de maneira equilibrada, positiva.

A orientação pedagógica dos trabalhos leva igualmente em consideração a “Escala de Autoestima de Rosenberg”⁵, desenvolvida por Rosenberg em 1965 e aplicada ao público da terceira idade. Essa escala é conceituada pelo autor como um instrumento unidimensional capaz de classificar três níveis de autoestima: baixo, médio e alto. A baixa autoestima é dada pelo sentimento de incompetência, inadequação e incapacidade de enfrentar os desafios; a média é caracterizada pela oscilação do indivíduo entre o sentimento de aprovação e rejeição de si; e a alta consiste no autojulgamento de valor, confiança e competência.

Nesse contexto, assim como “a autoavaliação da saúde é melhor preditor da mortalidade do que medidas objetivas da condição de saúde”, refletindo uma percepção integrada do indivíduo que inclui as dimensões biológica, psicossocial e social, optamos por adotar a modalidade de autoavaliação acadêmica, sob a ótica da autonomia responsável, na valoração dos avanços pedagógicos dos idosos. Diante da simples menção à palavra “prova”, vários alunos, em cursos-piloto, demonstravam descompasso quando da aferição da pressão arterial, num desafio a que propuséssemos novas e mais adequadas sugestões avaliativas.

O exercício da autoavaliação representa o primeiro passo concreto rumo ao processo de aprendizagem transformadora. Quanto mais preciso e metodológico ele for, mais benefícios serão obtidos. O diagnóstico de Gildete Oliveira (2009, p. 39) é cirúrgico a esse respeito:

A autoavaliação contribui para regulação do processo de aprendizagem, uma vez que permite identificar e compreender as etapas que a constituem, analisar e compreender o porquê de possíveis insucessos e os êxitos alcançados, comparar a ação desenvolvida com o plano pensado, confrontar os produtos obtidos com os produtos esperados e as operações realizadas com as concepções que delas se tinha no início e planificar as tarefas da aprendizagem a desenvolver, buscando a antecipação das operações a realizar para que determinada aprendizagem se verifique, a identificação dos erros de percurso cometidos e a procura de soluções alternativas.

Rubrica imprescindível em todo e qualquer projeto, os objetivos dos cursos de LEs da UnATI/Uerj devem ser claros, coerentes e eficazes, podendo ser assim sintetizados:

- Oferecer oficinas de línguas estrangeiras – Alemão, Espanhol, Francês, Inglês e Italiano – voltadas especificamente para a Terceira idade;
- Estimular as interações entre indivíduos e entre esses e o mundo através do contato cultural tornado possível a partir da aquisição de uma língua estrangeira;

5 A esse respeito, remetemos às interessantes conclusões de: SBICIGO, J. B., BANDEIRA, D. R. & DELL'AGLIO, D. D. (2010). “Escala de Autoestima de Rosenberg (EAR): validade fatorial e consistência interna”. *Psico-USF*, 15(3), p. 395-403. Acesso em 04/08/2020.

- Favorecer o resgate de memórias que permitam aflorar conhecimentos (ora passivos) adquiridos na juventude, incorporando-os e adaptando-os às situações sociais contemporâneas;
- Contribuir para a socialização do idoso, trazendo qualidade de vida na fase de declínio físico e mental;
- Contemplar a demanda social da Terceira Idade de diminuição da inatividade gerada pela aposentadoria, inserindo atividades lúdicas e prazerosas no cardápio do ensino/aprendizagem de LEs;
- Responder afirmativamente às demandas de atualização intelectual e histórica;
- Promover o contato com público estrangeiro mediante a inserção do público-alvo em comunicações do mundo digital (internet) ou real (turismo);
- Atuar de forma terapêutica no processo de prevenção de quadros de depressão e angústia, comuns na terceira idade, pelo viés educacional, em consonância com a Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, e o Estatuto do Idoso/2001;
- Proporcionar espaço de prática docente aos estagiários das línguas estrangeiras (LEs) ofertados no projeto;
- Utilizar as oficinas para a produção de material didático, nas 5 (cinco) LEs ofertadas.
- Objetivo excepcional em período pandêmico: manter contato permanente com os alunos. Nesse sentido, os estagiários serviram de ponte entre os coordenadores, a universidade e os alunos, tendo detectado, por intermédio de grupos de “whatsapp”, casos de contaminação pelo Covid 19, acionando o sistema de resgate e, por vezes, diante do silêncio de alguns solitários, também foram os primeiros a perceber situações de falecimento.

Tais objetivos orientam as práticas pedagógicas ministradas por estagiários de iniciação à docência, bem como delineiam um campo de experimentação e observação para alunos de Letras, de Psicologia, de Pedagogia e de observação de pesquisadores de outras IES. Esses atores se dedicam a investigações sobre a Terceira Idade num reconhecimento da capacitação da UERJ, na matéria, o que produz um considerável impacto na formação de todos os estudantes envolvidos. Isso ocorre graças à utilização das oficinas para a elaboração de material didático, nas 5 (cinco) LEs ofertadas, consoante a dinâmica pedagógica que cada LE opta por propor aos seus alunos.

Além disso, auxiliados por seus orientadores, os estagiários produzem materiais didáticos voltados para a Terceira Idade e praticamente inexistentes no mercado editorial nacional e internacional, dando ênfase aos componentes lúdicos de sensibilização cultural (jogos, bingos, músicas, práticas teatrais, dinâmicas de grupo), com vistas a cuidar da saúde mental do idoso, convidando-o a novamente participar do processo de ensino-aprendizagem de maneira prazerosa, atendendo à sua busca de atualização intelectual, ampliação nas

trocas interpessoais e inserção num novo mundo real ou digital. Sob a supervisão de seus respectivos orientadores, os estagiários inseridos no projeto ancoraram-se na integração das metodologias comunicativa e acional, que representa o que existe de mais completo e atual na análise metodológica do ensino de Línguas Estrangeiras.

Sob a forma de pôsteres, promovemos uma já tradicional mostra das oficinas na edição anual da USM (UERJ Sem Muros), com subsequente avaliação da qualidade dos trabalhos mediante a exposição dos estagiários aos professores avaliadores, internos e externos à instituição. Sob a forma de entrevista, essa apresentação constitui um dos componentes essenciais para a manutenção das bolsas de Iniciação à docência (CETREINA – PR1) e de Extensão (DEPEXT – PR3), que contemplam os alunos envolvidos no projeto LETI e também a totalidade do programa LICOM.

Embora não integrando ações contidas na agenda permanente da Uerj, contamos igualmente com a promoção da “Semana das Culturas”, que estimula a participação ativa do público-alvo da Terceira Idade, apresentando trabalhos como resultado de atividades específicas desenvolvidas nas oficinas com esse fim. Não se trata aqui de atividades exclusivas concernindo nosso projeto, mas de ações das quais todos os que dele participam também fazem parte

Todas as LEs (coordenadores e estagiários) participam da Mostra das oficinas sob a forma de pôsteres, na anual edição da USM (UERJ Sem Muros), realizada entre setembro e outubro de cada ano, adotando um princípio de flexibilidade em função de mudanças de calendário acadêmico, como já ocorreu em períodos mais prolongados de greve e, mais recentemente, diante do quadro pandêmico mundial, associado ao Covid-19.

A USM é um grande evento que mobiliza toda a Universidade em prol de um objetivo comum: apresentar à sociedade a produção acadêmica realizada nas diversas áreas de conhecimento, envolvendo ensino, pesquisa, extensão e cultura. Nesse sentido, a participação da comunidade é fundamental.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A exemplo do *pharmakon* grego, que é veneno, mas também é remédio, o envelhecimento populacional é uma conquista, mas também é um desafio lançado a professores, educadores, pesquisadores, agentes culturais, estagiários, bolsistas, gestores públicos da Educação, agentes políticos institucionais, porquanto todos ocupam um espaço físico definido no complexo tabuleiro do ensino-aprendizagem.

Inspiradas no ideário iluminista, as Escolas Abertas para a Terceira Idade, dos anos 1970, encontram-se na origem das Universidades Abertas da Terceira Idade que, estruturadas em cursos e oficinas, zelam pela saúde física e mental do idoso, com o objetivo de atuar sobre quadros depressivos, favorecendo o fortalecimento da autoestima e autoconfiança que, por seu turno, estimulam a capacidade mnemônica e abrem o apetite

para novas aprendizagens, não raro evocadoras de velhos saberes e sabores.

Assim sendo, faz-se necessário reforçar continuamente a importância da atuação direta do Estado em políticas públicas de prevenção de doenças e de inclusão social para que o número crescente de idosos em nosso país não seja aliado dos espaços de aquisição de competências, de produção do conhecimento, de cultura, de lazer, resguardado o contato com outros pares, em centros de convivência.

O curso de LEs para a Terceira Idade (UnATI/Uerj) reflete a máxima da teoria do “ganha-ganha”, utilizada em contexto organizacional, pois implica um resultado mutuamente benéfico como ponto de chegada. Por um lado, permite que a universidade pública cumpra sua função social de diversificar nichos especializados no processo de ensino-aprendizagem, abrindo espaço para a atuação de seus estagiários de línguas estrangeiras, num laboratório real de produção de material acadêmico autêntico e bem preciso; por outro, determina uma poupança (pública e/ou privada) de despesa com fármacos muitas vezes utilizados por idosos privados de contato humano, que se descobrem aptos a ainda desfrutar o prazer de desbravar outras línguas, outras culturas, em novas dinâmicas.

Vislumbrar o idoso como ator social ativo e produtivo é possibilitar a compreensão do homem ao longo do tempo por meio da ambiência educativa de um povo. É lutar para que o conceito de cidadania recubra, na sua inteireza, sujeitos do direito, no sentido de influenciar seu bem-estar e dignidade, emancipando-os na apropriação de sua identidade cultural e social. Se a longevidade sempre foi o sonho de muitos, a velhice é a realidade de todos. Lutar pela inclusão dos idosos, é, portanto, lutar por todos e por cada um, pois como bem observa Boaventura de Souza Santos é preciso: “Lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize”.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Simone Aparecida Pinheiro; OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. (2013) “A educação para e na terceira idade construindo na diversidade: uma inclusão necessária”. *Anais do XI Congresso de Educação Educere*. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 23-26/09/2013. p. 18586-18600.

BERNARDO, Cícera Patrícia Martins. (2018) *Aprendizagem em língua estrangeira: a construção de saberes no envelhecimento*. Monografia (Curso de Psicopedagogia), UFPB, João Pessoa/PB. 28p.

BRASIL, Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado.

BRASIL. Lei n° 8.662, de 7 de Junho de 1993. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 7 de junho de 1993. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_lei_8662.pdf. Acesso em 18/07/2020.

BRASIL. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 de janeiro de 1994. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/L8842.htm. Acesso em 18/07/2020

BRASIL. Lei no 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2 de outubro de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741.htm. Acesso em 18/07/2020.

GUEDES, Ana Paula. (2018) “A perspectiva acional e o ensino de Francês Língua Estrangeira”. *Anais eletrônicos do Colóquio Brasil e França: Laços Literários*. 5 e 6 de junho de 2018. UEL. p. 26-33. Disponível em: <https://coloquiobrasilfranca.files.wordpress.com/2018/12/PDF3.pdf>. Acesso em 31/07/2020.

LIMA, Mariuza P. (2000) *Gerontologia Educacional: uma pedagogia específica para o idoso, uma nova concepção de velhice*. São Paulo, LTR.

MARTINEZ, Wladimir Novaes. (1997) *Direito dos Idosos*. São Paulo: LTr.

MENDES, Gilmar Ferreira; COELHO, Inocêncio Mártires; BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. (2009) *Curso de direito constitucional*. 4. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva.

MIRANDA Emilio Cesar; RIVA, Léia Comar. (2014) “O direito dos idosos: constituição federal de 1988 e estatuto do idoso”. *Anais do SCIENCULT*. Vol.14, nº2, p.125-138. UEMS. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/sciencult/article/view/3417> Acesso em 17/07/2020.

OLIVEIRA, Gildete dos Santos. (2009) *A auto-avaliação como inovação educacional. Trabalho de TCC*. Universidade Cândido Mendes, Brasília. 52 p.

PEIXOTO, C. (1997) *De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos*. In: VERAS, Renato P. (Org.). *Terceira idade: desafios para o terceiro milênio*. Rio de Janeiro: Relume Dumará/UnATI-UERJ, p. 41-74.

RODRIGUES, Rosalina; PARTEZANI, Aparecida; DIOGO, D'ELBOUX, Maria José. (2004) *Como cuidar dos idosos*. 4. ed. São Paulo: Papirus.

SANTOS, Jeruzia Silva dos; DIAS, Valdete Guadalupe Marques. (2017) “Terceira Idade e as legislações que asseguram sua cidadania: um estudo de caso em estância/se”. UFSC. Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/181341/Eixo_3_077-2.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em 18/07/2020.

SOUSA, Michele Silva da Costa; SOUSA, Costa Diego Neves de. (2019). “Estratégias de ensino-aprendizagem de língua estrangeira no contexto da gerontologia”. *Revista Humanidades e inovação*. UNITINS. Palmas. Tocantins. V.6, nº 9, vol.2. p. 268-277.

VILAS BOAS, Marco Antonio. (2011) *Estatuto do idoso comentado*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense.